



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/PMSC/2022
PROCESSO SGP-e: 74403/2021**

OBJETO(S): Prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para plotagem de manchas de cobertura de sites e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação

Envio de proposta	A partir das 8 horas do dia 12 de março de 2022.
Abertura da sessão	A partir das 13:30 horas do dia 25 de março de 2022.
Início da disputa	A partir das 13:30 horas do dia 25 de março de 2022.

OBSERVAÇÕES:

Qualquer interessado na licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet acessando o endereço eletrônico www.portaldecompras.sc.gov.br clicando diretamente no link do edital.

PARTICIPAÇÃO:

Os interessados em participar do pregão eletrônico deverão estar previamente credenciados junto ao Sistema de Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina e qualificados para fornecimento do objeto ou serviço (Grupo-Classe) correspondente.

CADASTRO DE FORNECEDOR:

O procedimento para inscrição no cadastro de fornecedores encontra-se disponível na página eletrônica da Secretaria de Estado da Administração endereço www.sea.sc.gov.br - "Licitações" - "Fornecedores" ou diretamente pelo endereço www.portaldecompras.sc.gov.br - "Fornecedores".

QUESTIONAMENTOS:

- 1) Pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até dois dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, nos endereços eletrônicos www.portaldecompras.sc.gov.br, quando optar por efetuar o download do edital como interessado ou <http://e-lic.sc.gov.br>, quando acessar o link do processo, selecionando painel de controle botão Fórum;
- 2) Fornecedores cadastrados, para esclarecimentos referentes ao processo licitatório, ao efetuar o login e acessar o link do processo, selecionando painel de controle botão Fórum.

IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa, até dois dias úteis a abertura da sessão, poderá impugnar exclusivamente por meio eletrônico via internet, o ato convocatório acessando os endereços eletrônicos www.portaldecompras.sc.gov.br ou <http://e-lic.sc.gov.br>, selecionando painel de controle botão Impugnações.

PEDIDO DE VISTAS:

Qualquer interessado poderá ter acesso ao processo licitatório por meio do portal do SGP-e (<https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/consProcessoSEASC.do>), informando para consulta os seguintes dados: **Órgão: PMSC - Nº de identificação (SGP-e): 74403/2021**

REFERÊNCIA DE TEMPO:

As referências de tempo observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº60/PMSC/2022
PROCESSO SGP-e 74403/2021

O **Estado de Santa Catarina**, através do **Fundo de Melhoria da Polícia Militar**, com sede na Av Rio Branco, 1064, Centro, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ n.º 13.925.994/0001-07, por intermédio da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **MENOR PREÇO**, para selecionar melhor(es) proposta(s), nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, demais normas legais federais e estaduais vigentes, para a aquisição do seguinte objeto: .

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O pregão eletrônico será realizado por meio de disputa à distância em sessão pública, via Sistema Integrado de Licitações do Estado de Santa Catarina (LIC), módulo eletrônico (e-LIC).

1.2. A comunicação será realizada utilizando recursos de tecnologia da informação pela INTERNET, mediante condições de segurança — criptografia e autenticação — em todas as etapas do certame.

1.3. O pregão, na forma eletrônica, será conduzido com apoio técnico e operacional da Polícia Militar/SC, por intermédio da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças, que atuará como provedor do Sistema eletrônico para os órgãos integrantes do Sistema de Administração e Gestão de Materiais – SAGMS.

1.4. Os trabalhos serão conduzidos por servidores de órgão ou entidade vinculado ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, denominados pregoeiro e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Sistema LIC, módulo e-LIC, por acesso restrito com *login* e *senha* no endereço eletrônico <http://e-lic.sc.gov.br>.

1.5. Envio de proposta: A partir das 8 horas do dia 12 de março de 2022.

1.6. Abertura da sessão: A partir das 13:30 horas do dia 25 de março de 2022.

1.7. Início da disputa: A partir das 13:30 horas do dia 25 de março de 2022.

1.8. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no Sistema eletrônico.

1.9. Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante desta licitação:

Anexo I – Quadro de quantitativos e especificações mínimas.

Anexo II – Condições gerais de fornecimento.

Anexo III – Modelo de proposta de preços eletrônica para HABILITAÇÃO

Anexo IV – Identificação dos envelopes, salvo na modalidade de pregão eletrônico.

Anexo V – Recibo de documentos.

Anexo VI – Informações da empresa vencedora para contratação.

Anexo VII – Minuta de Contrato.

Anexo VIII – Declaração de isenção ICMS.

Anexo IX – Modelo de Declaração de Atendimento dos Requisitos de Habilitação.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Do Objeto

2.1.1. A presente licitação destina-se a selecionar proposta para Contratação de empresa para.

2.2. Do convênio ICMS nº 26/03

2.2.1. De acordo com o Convênio ICMS nº 26/03, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, o objeto desta licitação tem o benefício da isenção do ICMS às empresas catarinenses, condicionado ao desconto no preço, do valor equivalente ao imposto dispensado e à indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda ou prestação de serviços.

2.2.2. Nos casos em que for aplicável a isenção do ICMS, o licitante deverá, obrigatoriamente, informar a respectiva alíquota via comunicação "CHAT", caso seja o primeiro colocado, depois de encerrada a disputa de lances.

2.2.3. A isenção supracitada não se aplica, a licitante vencedora, quando:

- a) A aquisição for efetuada com empresa cadastrada no SIMPLES/Nacional;
- b) A aquisição for efetuada com empresa sediada em outros estados;
- c) O objeto adjudicado for sujeito ao regime de substituição tributária, desde que efetuado com estabelecimento substituído.

2.2.4 Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto à autoridade competente, por meio de e-mail: dalfdilic@pm.sc.gov.br ou no protocolo da Seção de Licitações da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças (DALF/PMSC).

2.3 Da Execução da Licitação

2.3.1 O processamento da licitação pela Diretoria de Apoio Logístico e Finanças (DALF), será na qualidade de Interveniente Promotora, destinando-se o objeto licitado a atender as necessidades de Unidades da Polícia Militar/SC.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.

3.2 Não será admitida a participação de:

3.2.1 Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pregão;

3.2.2 Empresas em consórcio;

3.2.2.1 A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica afim de afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que individualmente poderiam prestar os serviços reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/carteis para manipulação de preços.

3.2.3 Empresas, cujas falências tenham sido declaradas, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

3.2.4 Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração usuária do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina – SEA, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

3.2.5 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.6 Empresas que possuam restrições junto ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

3.2.7 Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão/entidade licitante, bem como membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação.

3.3 A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

4. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

4.1 Coordenar o processo licitatório;

4.2 Receber, examinar e encaminhar as impugnações devidamente instruídas à autoridade superior;

- 4.3 Receber, examinar e responder os questionamentos ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
- 4.4 Conduzir a sessão pública na internet;
- 4.5 Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- 4.6 Dirigir a etapa de lances;
- 4.7 Verificar e julgar as condições de habilitação;
- 4.8 Receber a documentação adicional quando necessário;
- 4.9 Receber, examinar e encaminhar os recursos devidamente instruídos à autoridade superior para deliberação;
- 4.10 Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- 4.11 Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para homologação e contratação; e
- 4.12 Conduzir os trabalhos da equipe de apoio.

5. DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

5.1 As pessoas físicas ou jurídicas deverão dispor de chave identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema eletrônico emitida pelo sistema de Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina da Secretaria de Estado da Administração.

5.1.1 Atribuição de chave de identificação e de senha, obtidas a partir da homologação do Cadastro Geral de Fornecedores, credenciará o interessado em participar do pregão eletrônico e o qualificará para fornecimento e envio de proposta eletrônica para o objeto correspondente ao grupo-classe indicado no Anexo I.

5.1.2 Caso não consiga visualizar o processo para envio de proposta eletrônica, o credenciado precisa solicitar qualificação ao grupo-classe correspondente junto ao Cadastro Geral de Fornecedores.

5.2 O procedimento para inscrição e alterações, no Cadastro Geral de Fornecedores, encontra-se disponível no *site* do Portal de Compras pelo endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br>, clicando em seguida no *link* "Fornecedores".

5.3 A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, correspondente ao seu grupo-classe registrado no Cadastro Geral de Fornecedores, para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no Sistema eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Secretaria de Estado da Administração, devidamente justificada.

5.4 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4.1 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do Sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso.

5.5 O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao Sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5.1 Para o correto funcionamento do Sistema recomendam-se os seguintes requisitos mínimos:

- a) Conexão de internet com velocidade nominal de 2MB ou superior;
- b) Navegador Internet Explorer 8, ou 9 com Modo de Compatibilidade ativado, com Javascript habilitado e *POPUPS* liberados (não bloqueados).

6. DA APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

6.1 Nos processos licitatórios cujo valor contratado for igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), aplicar-se-á o direito de exclusividade prevista na LC 123/2006, ressalvadas as exceções legais.

6.1.1 Será desconsiderada as licitantes cadastradas/credenciadas que não cumpram os requisitos da L.C 123/2006, salvo se não houver microempresa e/ou empresa de pequeno porte cadastrada/credenciada.

6.2 Nos processos licitatórios cujo valor contratado for superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será aplicado o disposto no inciso III do art. 48 da LC 123/2006, reservando-se 25% para microempresa e/ou empresa de pequeno porte, ressalvadas as exceções legais.

6.2.1 O lote/Item será identificado como “exclusivo” e “ampla concorrência”.

6.2.2 Todos os licitantes cadastrados/credenciados, inclusive aqueles não beneficiados pela LC 123/2006, poderão dar lance no lote/item exclusivo.

6.2.3 Não havendo lance por microempresa e/ou empresa de pequeno porte, poderá, a licitante melhor classificada no lote/item de ampla concorrência, absorver o lote/item exclusivo, desde que mantenha o mesmo valor de lance em ambos os lotes.

6.3 Não havendo interesse na absorção do lote exclusivo, este ficará fracassado.

7. DA PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1 A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de acesso restrito e digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta eletrônica de preços, por meio do Sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

7.1.1 O sistema de licitações estará disponível no endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br/> ou <http://e-lic.ciasc.gov.br/>, na área de acesso restrito.

7.2 Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no edital.

7.2.1 Quando a licitante for beneficiária da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, deverá manifestar em campo próprio do Sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento das exigências previstas na lei.

7.2.2 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação vigente aplicável à matéria.

7.2.3 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.2.4 A licitante não poderá se identificar (nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, site da empresa, etc.) nesta proposta comercial, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

7.2.4.1 Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa na desclassificação direta da proposta, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

7.3 Caberá à licitante acompanhar as operações no Sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

7.4 As licitantes deverão comunicar imediatamente ao provedor do Sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.5 As licitantes deverão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

7.6 O fornecedor descredenciado no Cadastro Geral de Fornecedores terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

8. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

8.1 Iniciada a sessão pública do pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo pregoeiro.

8.2 Verificando-se o adiamento da sessão pública do pregão, o pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes.

8.3 O pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

8.4 No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o Sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

9. DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

9.1 Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, as licitantes interessadas deverão **encaminhar proposta e, se for o caso, o respectivo anexo**, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do Sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

9.2 Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.3 As licitantes receberão, por e-mail, comprovante de recebimento das suas propostas eletrônicas enviadas, com a indicação do dia e respectivo horário de registro.

9.4 A proposta entregue não poderá ter prazo de validade inferior a 60 dias, sendo este o prazo considerado em caso de omissão.

9.5 Quando solicitada sob pena de desclassificação, a proposta eletrônica **deverá ser encaminhar proposta e, se for o caso, o respectivo anexo**:

- a) Para o **item**, o **preço unitário do item**, expresso em reais, no campo “valor da proposta”;
- b) **Deverá** ser indicada a **marca e modelo** do objeto cotado no campo correspondente ao item, bem como todas as **demais especificações contidas** no Termo de Referência (anexo I).

9.5.1 A proposta deverá ser anexada no Portal de Compras quando estiver prevista sua obrigatoriedade no Termo de Referência;

9.5.2 Caso seja solicitado, conforme Anexo III – modelo de proposta eletrônica de preços deverá ser indicado o fabricante/representante, procedência e/ou modelo do objeto cotado no campo correspondente a cada item, sob pena de desclassificação;

9.5.3 A proposta de preços com base nas especificações constantes deste edital estará condicionada às informações cadastradas no Sistema de Cadastro Geral de Fornecedores, que contém, **obrigatoriamente**, a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e endereço eletrônico (e-mail).

9.6 As licitantes deverão manter suas informações cadastrais atualizadas, junto ao Cadastro Geral de Fornecedores, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens divulgadas via “CHAT” ou emitidas pelo Sistema junto ao seu endereço eletrônico (e-mail).

9.7 Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento do objeto, bem como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o mesmo.

9.7.1 Excluem-se da exigência:

- a) As empresas catarinenses, que devem apresentar as suas propostas de preços já com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.
- b) As demonstrações de custos referentes ao IRPJ (imposto de renda da pessoa jurídica) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido).

9.8 A licitante vencedora do certame, quando houver Cotação de Proposta por Lote, deverá ajustar sua proposta **no Sistema eletrônico**, após a adjudicação, com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor, no prazo de 1 dia útil, contado a partir da convocação do pregoeiro.

9.9 Após a contratação, na entrega do objeto, a Contratante, aleatoriamente e por amostragem, poderá efetuar análise, para efeito de comprovação das características e da qualidade exigidas nas especificações do objeto descritas no Anexo I do Edital. A comprovação será efetuada pela própria contratante ou por terceiros por ela contratados para essa finalidade e as despesas oriundas desses custos serão atribuídos à responsabilidade da Contratada.

9.10 O prazo máximo de entrega do objeto será aquele previsto no anexo I. Em caso de omissão, considerar-se-á o prazo aceito pela contratada.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO E ETAPA DE LANCES

10.1 A partir do horário previsto no edital terá início à sessão pública do pregão eletrônico, momento em que o Sistema disponibilizará campo próprio (*CHAT*) para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

10.2 O pregoeiro verificará as propostas eletrônicas de preços apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

10.2.1 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.2.2 O Sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

10.2.3 O pregoeiro poderá solicitar o detalhamento das propostas via *CHAT* para permitir a correta identificação da proposta.

10.3 A partir do horário previsto no edital o pregoeiro dará início à fase competitiva (etapa da disputa) e o Sistema eletrônico emitirá aviso via *CHAT*.

10.3.1 O pregoeiro abrirá o item/lote quando então os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do Sistema eletrônico.

10.3.2 Será considerado como primeiro lance a proposta inicial apresentada.

10.4 As licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema eletrônico, sendo imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro, visualizando seu horário e valor no link "histórico de lances".

10.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivamente inferiores ao último por ofertado e registrado pelo Sistema.

10.5.1 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro.

10.6 Somente a licitante de menor lance dentre os ofertados, e enquanto mantiver esta situação, visualiza em tempo real o ícone "troféu".

10.7 Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

10.8 Será desclassificada a licitante que se identificar durante a etapa de lance.

10.8.1 O Sistema não identificará os autores dos lances, podendo visualizar valores e horários registrados no link "histórico de lances".

10.9 O pregoeiro abrirá os itens/lotos para a recepção de lances, conforme estabelecido no edital.

10.9.1 Após aberto os itens/lotos da sessão pública para disputa, a recepção de lances terá duração mínima de 5 (cinco) minutos e será encerrada por decisão do pregoeiro.

10.9.2 O Sistema eletrônico emitirá aviso de fechamento iminente dos lances após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.9.3 Depois de encerrados, automaticamente, os itens/lotos para a recepção de lances, por comando do pregoeiro, encerrar-se-á a fase competitiva (etapa da disputa) e o Sistema eletrônico emitirá aviso via *CHAT* iniciando as fases de negociação, aceitabilidade e habilitação.

10.10 O Sistema, automaticamente, verificará os requisitos para a aplicação da Lei Complementar nº 123/2006. Na sequência o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10.10.1 Poderá o pregoeiro, antes de anunciar o vencedor, encaminhar, pelo Sistema eletrônico, contraproposta diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

10.10.2 A negociação será realizada por meio do Sistema de troca de mensagens (*CHAT*), podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.11 Ocorrendo o empate técnico será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

10.11.1 Entende-se por empate técnico aquelas situações em que as propostas/lances apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta/lance mais bem classificada. Conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;

10.11.2 Ocorrendo o empate técnico, proceder-se-á da seguinte forma:

a) o Sistema aplicará automaticamente o benefício da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, quando houver empresas dentro das condições previstas na lei;

b) o Sistema convocará automaticamente a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, momento que abrirá campo para recepção de lances, para apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame (no prazo máximo de 5 (cinco) minutos sob pena de preclusão), situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

c) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, do caput do artigo 45, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º, do art. 44, desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.12 O disposto no subitem 9.10 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.13 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 9.10, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.14 – Sendo primeira colocada do item ou lote empresa que se enquadra na isenção de ICMS, prevista no convênio nº 26/03, esta deverá informar a respectiva alíquota, via comunicação “CHAT”, depois de encerrada a disputa de lances.

10.15 Após encerramento da sessão, quando houver cotação de proposta por lote, a licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, detalhar, no Sistema eletrônico, sua proposta readequada, com os respectivos valores unitários, sem a incidência do ICMS (valor líquido), no prazo de 1 dia útil, contado da data de encerramento da sessão, objetivando a emissão do contrato, nota de empenho e do documento fiscal, observado o que consta no subitem 2.2.

10.15.1 Após o encerramento da fase de lances, antes da habilitação, quando a licitação for cotada por item, a licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, detalhar, no Sistema eletrônico, sua proposta readequada, com os respectivos valores unitários, sem a incidência do ICMS (valor líquido), após a convocação do Pregoeiro, objetivando a emissão do contrato, nota de empenho e do documento fiscal, observado o que consta no subitem 2.2.

10.16 Os licitantes que se utilizarem da base de cálculo do ICMS reduzida, deverão comprovar por meio de documento, expedido pela Secretaria de Estado da Fazenda nos termos do RICMS/SC, que fruam do Benefício Fiscal.

10.17 A alíquota do ICMS a ser aplicada será aquela fixada para as operações internas de origem, conforme disposto no art. 155, inciso VII, alínea “b” da Constituição Federal.

10.18 Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto a qualquer das Gerências Regionais da Fazenda Estadual – GERG, da Diretoria de Administração Tributária – DIAT, da Secretaria de Estado da Fazenda ou, ainda, no site www.sef.sc.gov.br;

10.19 Quando houver exigência de amostra(s) prevista(s) no Anexo I, a licitante melhor classificada será convocada a apresentá-la(s) dentro do prazo estipulado, interrompendo assim o certame para análise e posterior confecção do(s) parecer(es) técnico(s).

10.20 Se o parecer técnico, devidamente assinado pelo pessoal responsável pela análise, apontar aprovação da(s) amostra(s), o processo passará à fase de habilitação.

10.21 Se a(s) amostra(s) for(em) reprovada(s) será chamada a segunda colocada do certame e assim sucessivamente, abrindo-se, novamente, o prazo previsto no Anexo I para a entrega da(s) amostra(s).

10.22 Iniciada a etapa de habilitação da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta deverá atender as exigências de habilitação previstas no item 11 deste edital.

10.23 O Sistema anunciará a licitante vencedora após adjudicação, ou, quando houver recursos, após a homologação.

10.24 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital.

10.25 Após encerramento da sessão a licitante vencedora do lote, **deverá**, obrigatoriamente, detalhar, no Sistema eletrônico, sua proposta readequada, com os respectivos valores unitários, no prazo de 1 dia útil, contado da data de encerramento da sessão, objetivando a emissão do contrato, nota de empenho e do documento fiscal.

11 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF:

11.1.1 A habilitação dos licitantes será analisada por meio do Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, emitido pela DGMS – Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços, da Secretaria de Estado da Administração, pertinente ao grupo-classe objeto desta licitação, para verificação da regularidade nos documentos por ele abrangidos, devendo apresentar prazo de validade, no mínimo, até a data limite fixada para a abertura das propostas.

11.1.2 O pregoeiro ou equipe de apoio verificará, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, a autenticidade dos documentos solicitados e enviados, constituindo meio legal de prova.

11.2 Os documentos exigidos para habilitação e que não estejam contemplados no CCF, deverão ser apresentados por meio eletrônico, após convocação do pregoeiro no Sistema eletrônico.

11.3 Da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte:

11.3.1 O CCF das microempresas e empresas de pequeno porte que apresentar situação cadastral com alguma restrição nos documentos correspondentes a regularidade fiscal por ele abrangidos, o pregoeiro ou equipe de apoio comunicará por meio eletrônico, a obrigatoriedade do encaminhamento de documento hábil correspondente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

11.3.1.1 A regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte que apresentem restrição no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF poderá ser comprovada com o encaminhamento de documento hábil no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da

documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.3.2 O prazo para a regularização e envio da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, corresponderá de início o momento em que o proponente for considerado inabilitado do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.

11.3.3 A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração), sendo facultada à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

11.4 Os comprovantes de regularidade fiscal exigidos deverão apresentar prazo de validade, no mínimo, até a data limite fixada para a abertura das propostas. Não constando a vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

11.5 A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.6 Os documentos quando solicitados por meio eletrônico, poderão ser inseridos como Anexos no Sistema eletrônico ou pelo endereço de e-mail informado pelo pregoeiro.

11.7 O pregoeiro fará, durante a fase de habilitação, a verificação por meio de consulta online.

11.7.1 Da existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) (www.transparencia.gov.br).

11.8 A licitante melhor classificada, durante a fase de habilitação, deverá, obrigatoriamente, **enviar** por meio eletrônico ou pelo endereço eletrônico informado pelo pregoeiro:

11.8.1 Quando exigido em Lei, o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. O balanço das Sociedades Anônimas ou por Ações, deverá ser apresentado em publicação do "Diário Oficial", as demais empresas deverão apresentar fotocópias autenticadas das folhas do livro "Diário" onde o balanço se acha regularmente transcrito (com fotocópias autenticadas da página de abertura e da página de fechamento desse Livro Diário),

11.8.2 A boa situação financeira da empresa poderá ser comprovada através dos seguintes itens definidos no balanço patrimonial.

11.8.3 **Para todas as naturezas de contratação**, cálculos dos seguintes índices, provenientes de dados do balanço do último exercício financeiro, conforme segue:

ÍNDICES MAIORES OU IGUAIS A 1 (UM) QUANTO A:

1) LIQUIDEZ GERAL - ILG

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo Prazo}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

2) LIQUIDEZ CORRENTE - ILC

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

3) SOLVÊNCIA GERAL - ISG

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes

Justificativa da adoção dos índices:

O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Para os três índices colacionados (ILG, ILC e ISG), o resultado "> 1" é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado (1,20; 1,30; 1,50; etc), melhor será a condição da empresa, assim:

- < (menor) que 1,00: Deficitária
- de 1,00 a 1,35: **Equilibrada**
- (maior) que 1,35: Satisfatória

Diante de todo o exposto, concluiu-se pela adoção dos índices que retratam situação financeira equilibrada e que aumentam consideravelmente o universo de competidores.

Portanto, o atendimento aos índices estabelecidos no Edital, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

11.8.4 Nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços será exigido, alternativamente, o capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

11.8.4.1 O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o subitem anterior não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

11.8.4.2 Conforme artigo 3º do Decreto Federal nº 8.538, de 06/10/2015, na habilitação, em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida, da microempresa ou da empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

11.8.5 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove condições para atendimento das prescrições do presente Edital;

11.8.5.1 A exigência do atestado de capacidade justifica-se para comprovar que a empresa fornecedora tem experiência em executar serviços ou consegue entregar produtos semelhantes ao objeto do edital.

11.8.6 As seguintes declarações, de preferência, em corpo (folha) único, conforme Anexo IX:

- a) Negativa de infringência ao Art. 9º da Lei nº 8.666/1993;
- b) De atendimento a Lei Estadual nº 10.732, de 07/04/1998, de que a empresa cumpre as normas de Saúde e Segurança do Trabalho;

12 DOCUMENTOS ADICIONAIS E AMOSTRAS

12.1 Documentos adicionais, tais como certidões, prospectos, laudos, atestados e registros entre outros e ou amostra, **quando exigidos**, deverão atender todas as condições estabelecidas no edital.

12.2 Os documentos deverão ser apresentados na língua nacional do Brasil, ou original traduzido por tradutor oficial, por meio eletrônico, após convocação do pregoeiro via "CHAT", em até 30 (trinta) minutos, inseridos como anexos no Sistema eletrônico ou no endereço eletrônico informado pelo pregoeiro.

12.3 Após o envio dos documentos o pregoeiro verificará nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, os documentos correspondentes, constituindo meio legal de prova.

12.4 A empresa vencedora deverá, obrigatoriamente, enviar, por meio eletrônico, as informações constantes do Anexo VI, pelo Sistema eletrônico ou pelo endereço informado pelo pregoeiro, no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data da convocação do pregoeiro.

12.5 Na entrega do objeto a Contratante poderá solicitar documentos adicionais, tais como laudos, certificados e ensaios, desde que previstos no edital.

12.6 Quanto às amostras e/ou laudos, a sua exigência, momento prazo de entrega, estão previstos no Anexo I deste Edital.

13 JULGAMENTO

13.1 Será considerada primeira classificada a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos em conformidade com este edital, apresentar o "MENOR PREÇO DO ITEM", conforme Anexos I e II.

13.2 Se a licitante primeira classificada, após a fase de negociação, quando solicitado, não apresentar documento adicional e/ou amostra, e, quando apresentado, os mesmos não atenderem ao exigido no edital a licitante terá sua proposta desclassificada.

13.3 Se a licitante primeira classificada não apresentar a situação de habilitação regular, poderá ser convocada outra licitante.

13.4 No caso do subitem 12.2 e 12.3, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

13.5 Quando na especificação do objeto forem estabelecidas medidas aproximadas, no julgamento serão adotadas as variações admitidas pela ABNT, limitados à margem superior ou inferior de 10% (dez por cento).

13.6 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação.

13.7 Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

14 DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 – Qualquer pessoa, até dois dias úteis à abertura da sessão, poderá impugnar o ato convocatório acessando os endereços eletrônicos www.portaldecompras.sc.gov.br ou <http://e-lic.sc.gov.br> selecionando painel de controle botão Impugnações.

14.2 O fornecedor cadastrado e qualificado para fornecimento do objeto (grupo-classe) correspondente, poderá também realizar o acesso restrito com *login* e *senha* clicando diretamente no link do processo para impugnações, selecionando painel de controle botão Impugnações.

14.3 O Sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro da impugnação, inserir anexos imediatamente antes de fechar a janela.

14.3.1 As impugnações registradas no Sistema constituem meio legal de prova, desde que devidamente assinada, não sendo obrigatório o encaminhamento do original.

14.4 Caso efetuem impugnações sem o uso do Sistema, estas deverão estar dirigidas à autoridade superior, subscritas por representante habilitado legalmente ou identificado no processo para responder pelo proponente, sendo obrigatório protocolo no prazo legal.

14.4.1 Deverão ser apresentadas em envelope fechado (preferencialmente opaco), de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, rubricados no fecho e identificados com etiqueta conforme o Anexo IV, no endereço e horário constante no subitem 18.2.

14.5 Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal.

14.6 Após a fase de habilitação, encerrados os itens/lotos e declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer contra decisões do Pregoeiro, de forma imediata e motivada, em campo próprio do Sistema, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

14.6.1 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 13.6, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.6.2 Para fins deste edital considera-se “imediata”, a manifestação realizada no prazo de 30 (trinta) minutos, contados a partir do encerramento da fase de habilitação.

14.7 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.8 Sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro do recurso, inserir anexos antes de fechar a janela.

14.8.1 Os recursos registrados no Sistema constituem meio legal de prova.

14.9 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14.10 No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata via *CHAT* e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15 DA CONTRATAÇÃO

15.1 – A celebração do Contrato será formalizada com o órgão requisitante, mediante a expedição do Contrato, consoante minuta que constitui o Anexo VII deste Edital.

15.2 Da convocação para assinatura do Contrato.

15.2.1 Transcorrido o prazo recursal, adjudicado o objeto e homologado o resultado, as licitantes vencedoras serão convocadas para, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, assinar o Contrato.

15.2.1.1 A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do Contrato, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela contratante.

15.2.1.2 Havendo recusa injustificada, por parte das licitantes vencedoras, para assinar o Contrato e/ou retirar a AF, o órgão/entidade requisitante cominará multa as empresas no valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009 e neste edital.

15.2.2 Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, tiver a sua amostra ou prospecto desclassificados ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

15.2.3 É vedada a formalização de contratos de qualquer natureza, incluindo os relativos à concessão de serviços públicos e programas de apoio e linhas de crédito, pela Administração Pública estadual direta ou indireta, com as empresas inseridas no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), conforme o art. 2º da Lei nº 16.493/2014.

15.3 Da rescisão contratual.

15.3.1 A rescisão do Contrato poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

15.3.1.1 Da rescisão contratual decorrerá o direito de a Contratante, incondicionadamente, reter os créditos relativos ao Contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste edital, no Contrato e em lei, para a plena indenização do erário.

15.3.2 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Contratante são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Contrato e/ou AF e no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

15.4 Dos direitos da Administração.

15.4.1 Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

15.5 Do objeto adquirido.

15.5.1 A fiscalização, aceitação e rejeição dos materiais adquiridos, pelo órgão contratante, atenderão ao que se encontra definido no Contrato e/ou Autorização de Fornecimento.

15.5.2 São partes integrantes do Contrato e/ou Autorização de Fornecimento a ser assinado, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos e quaisquer complementos, bem como os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

15.5.3 Quaisquer atos ou ações praticados por empregados, prepostos ou contratados da Contratante, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada.

15.5.4 São de responsabilidade da Contratada eventuais demandas judiciais de qualquer natureza, contra ela ajuizadas, relacionadas ao presente edital e à execução do Contrato.

15.5.5 A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

15.6 – Do reajuste de preço.

15.6.1 Os preços poderão ser reajustados somente após o período de 01 (um) ano, contado a partir da data da assinatura do contrato, de acordo com o INPC (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇO AO CONSUMIDOR), acumulado no período, ou outro índice que venha a substituí-lo. A Contratada somente terá os preços atualizados, após solicitar formalmente ao Diretor de Apoio Logístico e Finanças o reajuste mencionado no presente parágrafo.

15.6.2 A revisão dos preços poderá ser concedida, pela contratante, nos termos do art. 65, inciso II, letra “d” da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a partir da análise e discussão de planilha de custos.

15.6.2.1 Para revisão dos preços, a licitante vencedora deverá solicitar, formalmente, ao órgão requisitante o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, e ainda, comprovar o aumento dos encargos por intermédio de notas fiscais originais ou autenticadas do distribuidor (a nota fiscal anterior e a primeira nota fiscal posterior ao reequilíbrio econômico-financeiro).

15.7 Da alteração do Contrato.

15.7.1 O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

15.7.1.1 O Contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

15.8 Da duração do Contrato.

15.8.1 O contrato terá duração de **12 (doze) meses**, a contar de sua assinatura, podendo, a critério da administração, ser prorrogado por igual período, limitado a **60 (sessenta) meses**, na forma do art. 57, inciso II da Lei 8.666/93.

15.9 A licitante vencedora obriga-se a prestar garantia dos produtos adjudicados pelo prazo descrito no Anexo II, quando for o caso.

15.10 Da fiscalização do Contrato.

15.10.1 A fiscalização, aceitação e rejeição do objeto adquirido, pelo órgão Contratante, deverá atender ao que se encontra definido no edital e seus anexos.

16 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1 O pagamento com a execução do referido processo correrá pelo Item Orçamentário nº33903917, 33903503 e 33903606, Projeto/Atividade13221, Fonte(s) de Recurso(s)111000036.

17 DO PAGAMENTO DAS DESPESAS

17.1 – As despesas resultantes do presente pregão serão pagas de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa julgada vencedora, observado o que consta neste edital e seus anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

17.1.1 Em sendo vencedora licitante catarinense, para a emissão da nota fiscal será observado o valor cotado sem a incidência do ICMS.

17.2 O pagamento será:

17.2.1 Realizado por intermédio do Banco do Brasil, em conformidade com o inciso II do art 55 c/c o inciso XIV do art. 40 da Lei Federal 8.666/93, **até o 30º (trigésimo) dia** subsequente ao fornecimento e/ou prestação dos serviços, contados da data de aceite final do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Recebimento de Materiais da PMSC, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Fundo de Melhoria da Polícia Militar/FUMPOM,devendo constar também o número da licitação, Contrato, desde que comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, com a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão de Débitos expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- b) Certidão de Regularidade Fiscal relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Estadual, de Santa Catarina e do Estado sede da empresa;
- d) Certidão Negativa de Débitos Municipal, do Município sede da empresa;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

17.2.21 A não-apresentação dos documentos enunciados no subitem anterior implicará na suspensão do pagamento até sua apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

17.2.2 A Nota Fiscal deverá ser encaminhada para o(a) ENTRO DE COMUNICACAO E INFORMATICA, através do endereço eletrônico e-mail:ccichefe@pm.sc.gov.br.

17.2.2.1 Dívidas referentes ao preenchimento e pagamento da Nota Fiscal deverão ser dirigidas e dirimidas junto à Seção de Tesouraria da DALF, através do endereço eletrônico e-mail dalf3aux@pm.sc.gov.br ou dalf3ch@pm.sc.gov.br.

17.2.3 A nota fiscal modelo 1 ou 1-A, deve, obrigatoriamente, ser substituída pela Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, conforme determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009. (Informações no site <http://nfe.sef.sc.gov.br>).

17.3 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à Contratante ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

17.4 O pagamento da fatura será sustado se verificada execução defeituosa do Contrato e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

17.5 A alíquota do ICMS a ser aplicada será considerada aquela fixada para as operações internas no estado de origem, conforme disposto no artigo 155, inciso VII, alínea “b” da Constituição Federal.

17.6 Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela Contratante, sem que haja culpa da Contratada, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da

Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

18 DAS SANÇÕES

18.1 As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas no Edital, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, quais sejam:

I – Advertência;

II – Multa:

- a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;
- b) 10% em caso da não entrega do objeto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o Contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não manter a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal.

18.2 Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada.

18.3 A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

18.4 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

18.5 Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Qualquer interessado na licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet acessando o endereço eletrônico www.portaldecompras.sc.gov.br clicando diretamente no link do edital.

19.2 Informações e esclarecimentos sobre o edital serão prestado por meio de e-mail: dalfdilic@pm.sc.gov.br ou no seguinte endereço: Seção de Licitações da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, na Av. Rio Branco, 1064 – Centro – Florianópolis – SC – CEP 88.015-204, no horário das 13:00 às 19:00, em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para abertura da sessão.

19.3 Cópia deste edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados, no endereço

eletrônico <http://www.pm.sc.gov.br/>, por intermédio do link “Licitações” ou no <http://portaldecompras.sc.gov.br/>, ou ainda na Seção de Licitações da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, na Av. Rio Branco, 1064 – Centro – Florianópolis – SC, mediante o recolhimento de taxa no valor de R\$ 0,16 (dezesseis centavos) por folha, por intermédio do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais – DARE – SC (<http://www.sef.sc.gov.br/>), código da receita 5703, obedecendo o horário bancário.

19.4 Cópia do processo licitatório poderá, por qualquer interessado, ser obtida por meio de acesso ao portal do SGP-e (<https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/consProcessoSEASC.do>), informando para consulta os seguintes dados: **Órgão: PMSC - Nº de identificação (SGP-e):74403/2021.**

19.5 É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.7 A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do Contrato que se fizerem necessários, por conveniência da Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem direito a qualquer indenização.

19.7.1 Após a contratação, na entrega do objeto, a Contratante, aleatoriamente e por amostragem, poderá efetuar análise, para efeito de comprovação das características e da qualidade exigidas nas especificações do objeto descritas no Anexo I do Edital. A comprovação será efetuada pela própria contratante ou por terceiros por ela contratados para essa finalidade e as despesas oriundas desses custos serão atribuídos à responsabilidade da Contratada.

19.8 Não será permitida a subcontratação do objeto deste edital, salvo se prevista no Anexo I.

19.9 A PMSC, através do Sr Diretor de Apoio Logístico e Finanças, poderá revogar o presente pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.10 O presente edital e seus anexos poderão ser alterados, pela Administração licitante, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas Eletrônicas e Documentos Adicionais.

19.10.1 Caso ocorram alterações neste edital, as mesmas serão disponibilizadas no site <http://www.pm.sc.gov.br/>, por intermédio do link “Licitações” ou no <http://portaldecompras.sc.gov.br/>, e ainda, enviadas aos interessados registrados.

19.11 As licitantes devem declarar que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis, conforme Anexo IX.

19.11.1 Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no item anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

19.11.2 Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

19.11.3 Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa Conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

19.12 A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.13 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste edital.

Florianópolis-SC, 10 de março de 2022.

ANDRÉ CARTAXO ESMERALDO
Coronel PM – Diretor DALF/PMSC

ANEXO I**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/PMSC/2022
PROCESSO SGP-e 74403/2021**



Pregão Eletrônico nº 0060/2022

ANEXO I

Quadro de Quantitativos e Especificações do(s) Lote(s)

Lote I - Lote Único

Item	Grupo/Class	Código	Produto - Características Mínimas	Unidade	Quantidade
1	0404	50156-0-003	Serviço de Manutenção em Equipamento de Producao e Reprodução de Audio, Video e Imagem Manutenção em Equipamento de Producao e Reproducao de Audio, Video e Imagem Manutenção das 88 Repetidoras Analógicas	mensal	12
2	0206	50026-0-009	Serviço de Consultoria Técnica Serviços de Assessoria em estudos de predição –manchas de cobertura georreferenciada, perfil de enlaces, com visitas à campo, se necessário	mensal	12
3	0206	50028-0-041	Serviços Técnicos Profissionais Engenharia Serviços de Engenharia visando manter os sistemas atualizados e legalizados na ANATEL	mensal	12



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 1 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto

O presente Termo de Referência tem como escopo aquisição para contratação de empresa objetivando prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 88 (oitenta e oito) estações repetidoras de rádio VHF analógicas (*sites*), juntamente com todos os radio enlaces UHF digitais (*links*) e seus acessórios, necessários para manter o bom funcionamento do sistema VHF Analógico da Polícia Militar de Santa Catarina, com expedição de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Somado ainda contratação de serviço técnico de engenharia para *plotagem* de manchas de cobertura de *sites* e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.

A pretensa aquisição pública baseia-se na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 10.520/2002, através de processo licitatório de Lote Único Global, dividido em 03 subitens, sejam eles: *a. Manutenção das Repetidoras Analógicas. B. Serviços de Assessoria em estudos de predição, manchas de cobertura georreferenciada e perfis de enlaces*, com possíveis visitas à campo. *C. Serviços de Engenharia visando manter os sistemas atualizados e legalizados na ANATEL, levando em consideração a legislação vigente e a emissão das ART's de manutenção.*

2. Da justificativa

A Polícia Militar de Santa Catarina possui um parque de repetidoras VHF analógicas com enlaces UFH digitais, em seu sistema de radiocomunicação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 2 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

O Contrato atual de manutenção dessas Repetidoras (nº 736/17 e seus aditivos) está vencendo em 31 de Dezembro de 2021, podendo ser prorrogado por mais 03 meses, até 31 de Março de 2022.

Diante desse fato, faz-se necessário a manutenção do perfeito funcionamento seu sistema de radiocomunicação VHF, que compõe parte da comunicação empregada no gerenciamento de sua atividade operacional. Ainda necessário, o assessoramento com informações de consultoria e geração de estudos de predição e perfil de enlaces, com dados técnicos de cobertura de radiocomunicação de *sites* e de *links* para melhoria do sistema VHF atual, para os novos projetos desenvolvidos por aquela corporação, e, também, em novas tecnologias analógicas e digitais para possível emprego pela PMSC.

3. Especificação técnica do Objeto:

3.1 Projeto básico: Projeto básico das estações repetidoras para referencial técnico na licitação:

PROJETO BÁSICO DAS REPETIDORAS

Solução: RADIOCOMUNICAÇÃO / VOZ

Estação: REPETIDORA VHF/UHF

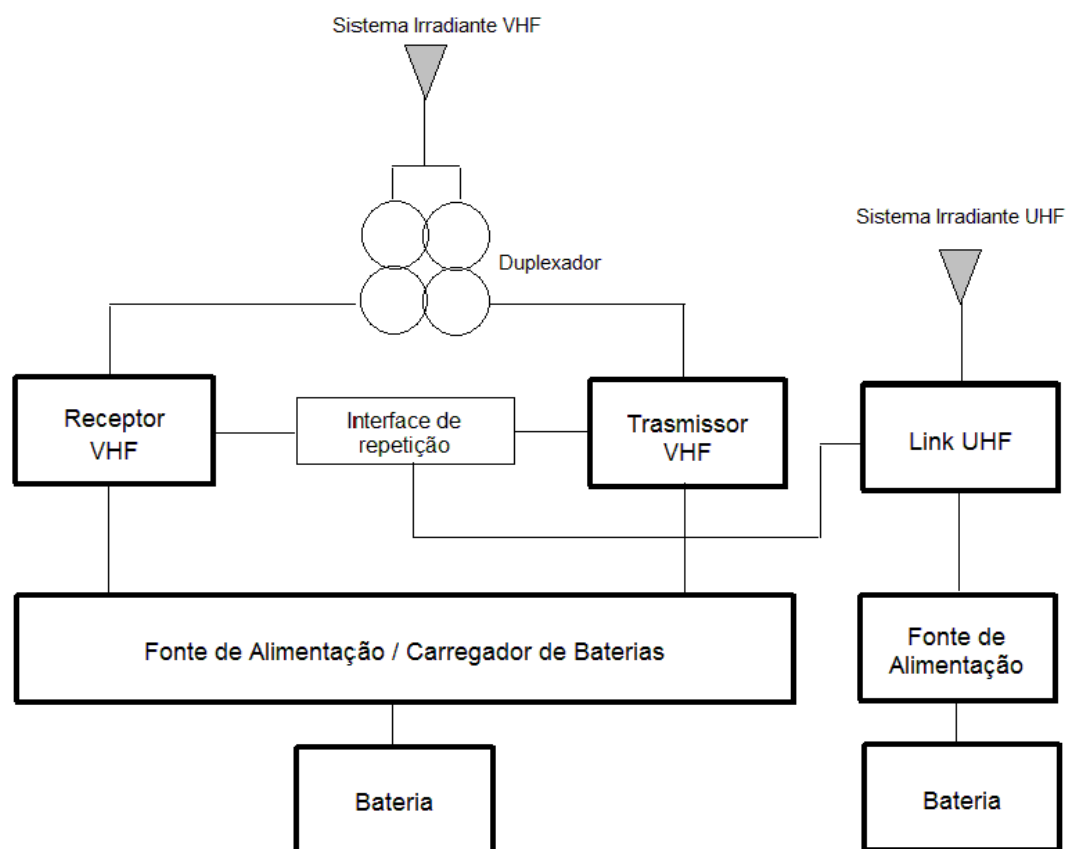


ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 3 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

Diagrama





ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 4 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

3.2 Infraestruturas básicas das estações repetidoras:

A infraestrutura das estações repetidoras VHF e radio enlaces UHF da PMSC estão demonstradas abaixo, através de 08 (oito) modelos, os quais serão relacionados aos *sites* na tabela que segue:

3.2.1 Configuração Modelo “A”:

Item	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS
1	1 Repetidora Motorola DGR6175
2	1 Duplexador 4 Cav. Band Pass/ Band Reject, Marca Electril
3	1 Carregador de bateria
4	1 Antena VHF, Colinear 4 Dipolos Marca ARS
5	1 Rádio DEM 300 Digital DMR UHF 25W - Link
6	1 Antena UHF Yagi 9DB
7	1 Fonte Chaveada JBPS 13,6 VCC Mod. 15AF
8	1 Protetor contra descargas atmosféricas, para 220VAC
9	1 Interface de repetição com controle de Link
10	1 Bateria estacionaria 70Ah 12V
11	1 Bastidor parede de 19'
12	50 m Cabo coaxial RGC 213
13	1 Cooler 08x08 cm 220 VCA
14	4 Conectores UHF Macho RGC213
15	2 Conectores Mini-UHF Macho RG58
16	2 Unidades Suporte de fixação antena (Galvanizada a fogo)
17	2 Terminais de Bateria (Latão)
18	5 m Cabo Flexível Vermelho 6 mm
19	5 m Cabo Flexível Preto 6 mm



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 5 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

3.2.2 Configuração Modelo “B”:

	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS
1	1 Repetidora Semi-Duplex VHF, Motorola, Mod. 2 x PRO5100.
2	1 Protetor contra descargas atmosféricas, para 220VAC
3	1 Interface de repetição com controle de Link
4	1 Bateria estacionaria 100Ah 12V
5	1 Bastidor parede de 19'
6	50 m Cabo coaxial RGC 213
7	1 Cooler 08x08 cm 220 VCA
8	4 Conectores UHF Macho RGC213
9	1 Conector N Macho RGC213
10	1 Conector N Macho RG58
11	1 Conector N Fêmea RGC213
12	3 Conector Mini-UHF Macho RG58
13	2 Suportes para fixação antena (Galvanizada a fogo)
14	2 Terminais de Bateria (Latão)
15	5 m Cabo Flexível Vermelho 6 mm
16	5 m Cabo Flexível Preto 6 mm
17	1 Duplexador VHF, marca ARS, modelo FDV4.
18	1 Antena VHF, marca ARS, modelo G6A.
19	1 Antena UHF Yagi 10 elementos, marca ARS, modelo DIR-140/10B.
20	1 Link UHF, Marca Motorola, modelo DEM 300 Digital DMR
21	2 Fontes de alimentação, Marca JBPS. Mod 15AF 13,6VCC
22	1 Carregador de bateria 12 VCC
23	1 Bastidor modelo Rack 19', ventilado

3.2.3 Configuração Modelo “C”:



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 6 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS
1	1 Repetidora VHF, (2 rádios) GM300, Motorola
2	1 Rádio Link UHF, DEM300 Digital DMR, Motorola
3	2 Fontes Marca FG16A Marca Lead
4	1 Duplexador 4 Cav. Band Pass / "Band Reject", Marca Electril
5	1 Filtro Band Pass VHF
6	1 Antena VHF, Colinear 4 Dipolos Marca ARS
8	1 Antena UHF Yagi 9DB
9	1 Interface de repetição com controle para Link Mod TX4R
10	1 Bateria Estacionária 12 V/100A
11	4 Conectores UHF Macho RGC213
12	1 Conector N Macho RGC213
13	1 Conector N Macho RG58
14	1 Conector N Fêmea RGC213
15	3 Conector Mini-UHF Macho RG58
16	2 Suportes para fixação antena (Galvanizada a fogo)
17	2 terminais de Bateria (Latão)
18	5 m Cabo Flexível Vermelho 6 mm
19	5 m Cabo Flexível Preto 6 mm
19	1 carregador de bateria 12 VCC
20	1 Bastidor de Parede – 19'
21	1 Cooler 8x8 cm 220 VCA
22	1 protetor contra descargas atmosféricas, para 220VAC
23	50 m Cabo RGC213

3.2.4 Configuração Modelo "D":

	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS
1	1 Repetidora VHF, RX/TX GM300, Motorola
2	1 Rádio Link UHF, DEM300 Digital DMR, Motorola
3	3 Módulos Solares 130 W



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 7 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

4	1 Duplexador 4 Cav. Band Pass / "Band Reject", Marca Electril
5	1 Filtro Band Pass VHF
6	1 Antena VHF, Colinear 4 Dipolos Marca ARS
7	1 Antena UHF Yagi 9DB
8	1 Interface de repetição com controle para Link Mod TX4R
9	2 Baterias Estacionária 12 V/220A
10	4 Conectores UHF Macho RGC213
11	1 Conector N Macho RGC213
12	1 Conector N Macho RG58
13	1 Conector N Fêmea RGC213
14	3 Conector Mini-UHF Macho RG58
15	2 Suportes para fixação antena (Galvanizada a fogo)
16	1 controlador de Carga 15ª (Solar)
17	5 m Cabo Flexível Vermelho 6 mm
18	5 m Cabo Flexível Preto 6 mm
19	1 Bastidor de Parede – 19'
20	50 m Cabo RGC213

3.2.5 Configuração Modelo "E":

	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS
1	1 Repetidora Semi-Duplex VHF, Motorola, RX/TX - PRO5100.
2	1 Protetor contra descargas atmosféricas, para 220VAC
3	1 Interface de repetição com controle de Link
4	1 Bateria estacionaria 100Ah 12V
5	1 Bastidor parede de 19'
6	50 m Cabo coaxial RGC 213
7	1 Cooler 08x08 cm 220 VCA
8	4 Conectores UHF Macho RGC213
9	1 Conector N Macho RGC213
10	1 Conector N Macho RG58



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 8 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

11	1 Conector N Fêmea RGC213
12	3 Conector Mini-UHF Macho RG58
13	2 Suportes para fixação antena (Galvanizada a fogo)
14	2 Terminais de Bateria (Latão)
15	1 Duplexador VHF, marca ARS, modelo FDV4.
16	1 Antena VHF, marca ARS, modelo G6A.
17	1 Fontes de alimentação, Marca JBPS. Mod. 15AF 13,6VCC
18	1 Carregador de bateria 12 VCC

3.2.6 Configuração Modelo “F”:

	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS
1	1 Repetidora semi-duplex VHF, Motorola, mod. 2X EM200.
2	1 Protetor contra descargas atmosféricas, para 220VAC
3	1 Interface de repetição com controle de Link
4	1 Bateria estacionaria 100Ah 12V
5	1 Bastidor parede de 19'
6	50 m Cabo coaxial RGC 213
7	1 Cooler 08x08 cm 220 VCA
8	4 Conectores UHF Macho RGC213
9	1 Conector N Macho RGC213
10	1 Conector N Macho RG58
11	1 Conector N Fêmea RGC213
12	3 Conector Mini-UHF Macho RG58
13	2 Suportes para fixação antena (Galvanizada a fogo)
14	2 Terminais de Bateria (Latão)
15	1 Duplexador VHF, marca ARS, modelo FDV4.
16	1 Antena VHF, marca ARS, modelo G6A.
17	1 Fontes de alimentação, Marca JBPS. Mod. 15AF 13,6VCC
18	1 Carregador de bateria 12 VCC



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 9 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

3.2.7 Configuração Modelo “G”:

	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS
1	1 Repetidora semi-duplex VHF, Motorola, mod. 2X SM50.
2	1 Protetor contra descargas atmosféricas, para 220VAC
3	1 Interface de repetição com controle de Link
4	1 Bateria estacionaria 100Ah 12V
5	1 Bastidor parede de 19'
6	50 m Cabo coaxial RGC 213
7	1 Cooler 08x08 cm 220 VCA
8	4 Conectores UHF Macho RGC213
9	1 Conector N Macho RGC213
10	1 Conector N Macho RG58
11	1 Conector N Fêmea RGC213
12	3 Conector Mini-UHF Macho RG58
13	2 Suportes para fixação antena (Galvanizada a fogo)
14	2 Terminais de Bateria (Latão)
15	1 Duplexador VHF, marca ARS, modelo FDV4.
16	1 Antena VHF, marca ARS, modelo G6A.
17	1 Fontes de alimentação, Marca JBPS. Mod. 15AF 13,6VCC
18	1 Carregador de bateria 12 VCC

3.2.8 Configuração Modelo “H”:

	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS
1	1 Repetidora semi-duplex VHF, Motorola, mod. 2X lcm ICF111.
2	1 Protetor contra descargas atmosféricas, para 220VAC
3	1 Interface de repetição com controle de Link
4	1 Bateria estacionaria 100Ah 12V
5	1 Bastidor parede de 19'
6	50 m Cabo coaxial RGC 213



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 10 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

7	1 Cooler 08x08 cm 220 VCA
8	4 Conectores UHF Macho RGC213
9	1 Conector N Macho RGC213
10	1 Conector N Macho RG58
11	1 Conector N Femea RGC213
12	3 Conector Mini-UHF Macho RG58
13	2 Suportes para fixação antena (Galvanizada a fogo)
14	2 Terminais de Bateria (Latão)
15	1 Duplexador VHF, marca ARS, modelo FDV4.
16	1 Antena VHF, marca ARS, modelo G6A.
17	1 Fontes de alimentação, Marca JBPS. Mod 15AF 13,6VCC
18	1 Carregador de bateria 12 VCC

3.3. Relação de Sites da PMSC:

Item	Site	Modelo de site	Latitude	Longitude
1	Abdon Batista	D	27°35'24.30"S	51° 3'1.55"O
2	Abelardo luz	C	26°31'2.85"S	52°20'11.05"O
3	Anita Garibaldi	C	27°41'19.08"S	51° 7'36.98"O
4	Braço do Norte	A	28°18'9.93"S	49° 7'28.15"O
5	Bom Jardim da Serra	H	28°23'34.00"S	49°32'57.00"O
6	Caçador	A	26°46'13.53"S	51° 3'22.47"O
7	Caibi	B	27° 4'6.97"S	53°15'49.57"O
8	Campo Alegre	D	26°01'52"S	48°58'54"W
9	Campo Belo do Sul	D	27°53'50.00"S	50°45'14.00"O
10	Campo Erê	B	26°23'37.07"S	53° 5'23.92"O
11	Campos Novos	A	27°13'11"S	51°07'51"O
12	Canoinhas	C	26°11'59.20"S	50°26'8.00"O
13	Capinzal	C	26°58'50.04"S	51°34'49.03"O
14	Catanduvas	C	26°58'50.04"S	51°47'43.72"O
15	Celso Ramos	27°38'3.27"S	51°20'17.94"O
16	Chapecó 1	A	27° 7'9.19"S	52°35'12.43"O
17	Chapecó 2	A	27° 7'9.19"S	52°35'12.43"O
18	Concordia	A	27°12'23.68"S	52° 2'9.41"O



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 11 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

19	Curitibanos	A	27°18'23.54"S	50°34'8.10"O
20	Cunha Porã	D	26°51'51.0"S	53°12'40.00"O
21	Dionísio Cerqueira	B	26°16'26.15"S	53°37'58.71"O
22	Fraiburgo	C	27° 2'50.95"S	50°56'20.25"O
23	Herval do Oeste	D	27° 9'23.61"S	51°31'21.44"O
24	Ibirama	C	27° 4'45.20"S	49°34'30.81"O
25	Içara	E	28°50'38.00"S	49°23'55.00"O
26	Imbuia	C	27°28'35.34"S	49°24'59.99"O
27	Iomere / Videira	C	27° 0'23.74"S	51°18'2.88"O
28	Iporã do Oeste	B	26°59'34.29"S	53°31'48.18"O
29	Ipumirim	C	27°04'35.47"S	52°07'56.88"O
30	Itá	C	27°16'56.83"S	52°21'36.43"O
31	Itaiópolis	C	26°23'37.92"S	49°54'36.27"O
32	Itapiranga	C	27° 9'33.65"S	53°42'51.00"O
33	Ituporanga	C	27°24'42.14"S	49°35'34.10"O
34	Laurentino	C	27°14'20.30"S	49°43'21.40"O
35	Lebom Regis	C	26°55'24.31"S	50°41'36.01"O
36	Leoberto Leal	C	27°29'9.44"S	49°18'6.80"O
37	Macieira	C	26°50'6.76"S	51°22'12.33"O
38	Mafra	C	26°06'43"S	49°48'21"W
39	Maravilha	B	26°46'24.66"S	53° 9'53.65"O
40	Monte Castelo	C	26°27'59.00"S	50°13'5.00"O
41	Orleans	C	28°23'35.81"S	49°32'58.35"O
42	Palmitos	C	27° 4'22.73"S	53° 9'51.24"O
43	Papanduva	C	26°23'34.54"S	50° 9'2.36"O
44	Pinhalzinho	B	26°50'9.98"S	52°59'3.20"O
45	Piratuba	C	27°25'31.12"S	51°45'48.49"O
46	Ponte Serrada	C	26°51'10.35"S	52° 2'42.24"O
47	Porto União	C	26°14'49.58"S	51° 4'37.37"O
48	Presidente Nereu	C	27°15'4.30"S	49°25'26.71"O
49	Rancho Queimado	C	27°41'50.99"S	49° 8'31.99"O
50	Rio do Sul	C	27°11'12.46"S	49°39'40.49"O
51	Rio Negrinho	C	26°15'36.63"S	49°32'53.11"O
52	Santa Rosa de Lima	A	28° 2'52.51"S	49° 8'38.66"O
53	Santa Cecília	C	26°57'44.00"S	50°25'35.00"O
54	Santa Terezinha	C	26°39'1.00"S	49°59'21.00"O
55	São Carlos	C	27° 4'45.52"S	52°59'50.75"O
56	São Bento do Sul	C	26°15'33.07"S	49°22'54.13"O
57	São Domingos	C	26°33'13.00"S	52°30'15.00"O



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 12 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

58	São José do Cedro	B	26°27'39"S	53°29'49"W
59	São Lourenço do Oeste	C	26°25'52.95"S	52°51'28.47"O
60	São Martinho	A	28° 7'3.91"S	48°56'57.13"O
61	São Miguel do Oeste	B	26°44'3.68"S	53°30'31.94"O
62	Seara	C	27° 8'7.45"S	52°19'48.20"O
63	Taió	C	27°16'27.01"S	50° 7'45.34"O
64	Timbó Grande	C	26°38'29.47"S	50°40'54.74"O
65	Vitor Meirelles	C	26°51'44.79"S	49°50'23.99"O
66	Xanxerê	A	26°54'8.72"S	52°27'40.17"O
67	Xaxim	A	26°57'56.17"S	52°32'16.99"O

3.4 Relação dos *sites* do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária da PMSC:

68	P1/Florianópolis - Morro da Cruz	E	27°35'15.64"S	48°32'1.15"O
69	P2/Gaspar - Morro do cachorro	F	26°46'42.91"S	49° 1'50.00"O
70	P2/Gaspar - Morro Santuário	G	27°15'50.67"S	48°54'45.16"O
71	Lebon Régis P3 Morro de Iomere	F	27° 0'23.74"S	51°18'2.88"O
72	P4/Campo Alegre - Morro do Quiriri	H	26°01'52"S	48°58'54"W
73	P5/Cocal do Sul - Morro em Urussanga	F	28°30'52.97"S	49°23'43.02"O
74	P6/Aurora -Morro das TV	F	27°19'35.30"S	49°35'32.76"O
75	P8/Ibicaré - Morro do Sarandí	F	27°11'6.13"S	51°21'15.68"O
76	P9/Bom Jesus - Morro das Antenas	H	26°40'0.75"S	52°22'8.62"O
77	P10/Painel e P11/Palmeira - Morro em Urupema	F	27°55'21.71"S	49°51'28.07"O
78	P12/Iporã do Oeste - Morro das Antenas	F	26°59'34.29"S	53°31'48.18"O
79	Blumenau P13 Morro do Cachorro	F	26°46'42.91"S	49° 1'50.00"O
80	P15/Guata, P7/Gravatal, P21/Bom Jardim - Serra do Rio do Rastro	F	28°23'35.81"S	49°32'58.35"O
81	P16/Canoinhas - Morro do Lixão	F	26°11'59.20"S	50°26'8.00"O
82	P17/São Lourenço do Oeste - Morro da RBS	F	26°25'52.95"S	52°51'28.47"O
83	P18/Joinville e P24/São Francisco Morro do Quiriri	F	26°01'52"S	48°58'54"W
84	P19/Campeche - Morro do Pinheiro	F	27°19'41.84"S	48°33'32.38"O
85	P20/Concordia - Morro das Antenas em Concordia	H	27°12'23.68"S	52° 2'9.41"O
86	P20/Concordia - Morro das Antenas - Chapecó	F	27° 7'9.19"S	52°35'12.43"O
87	P22/Calmon -Morro das Antenas	F	26°43'34.00"S	51°07'12.02"O
88	P23/Taio - Morro do Funil	G	27°16'27.01"S	50° 7'45.34"O



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 13 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

3.5. Descrição dos serviços:

3.5.1 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de rádio das estações repetidoras VHF analógicas e *links* UHF, fontes de alimentação, sistemas irradiantes, incluindo cabos, antenas, conectores e ferragens que sustentam as antenas, proteção contra descarga atmosférica, energia solar quando este estiver instalado, sistema de baterias para energia solar ou para *nobreak* conectado a energia;

3.5.2 - A Contratada deverá ter a capacidade de atendimento de até 04 chamados simultâneos, no regime 24/7, visando o pronto reestabelecimento do sistema, caso haja qualquer situação ou evento, pontual ou sistêmico;

3.5.3 - Os serviços de manutenção compreenderão ajustes, configurações e reprogramações, atualização de *firmware* quando necessário, reparos e substituição de placas, peças ou componentes nos equipamentos descritos no item 3.2, através de ações desenvolvidas pela Contratada. A substituição será à base de troca por placas, *softwares*, peças ou componentes originais, recondicionadas ou novas, atendendo as especificações técnicas do fabricante tornando-se de propriedade da Contratante as peças substituídas, de forma que possibilite sempre o perfeito funcionamento do objeto deste contrato;

3.5.4 - Estão inclusas na manutenção preventiva e corretiva ampla e irrestrita a substituição de peças que apresentam defeitos por descarga atmosférica, desde que não ultrapasse o valor de 60% do valor de mercado do conjunto que forma a estação repetidora (diagrama 3.1), ou qualquer outra ação que porventura venha a danificar ou alterar o funcionamento da repetidora;



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 14 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

3.5.5 - O serviço desenvolvido em caráter preventivo deverá ser executado a cada 12 (doze) meses, devendo ser realizado mensalmente na proporção de 1/12 com o envio do relatório mensal, junto com a nota fiscal dos serviços preventivos executados;

Os relatórios das manutenções deverão ser apresentados Contendo mínimo seguinte dados:

Nº das SS	Data de Abertura	Data de Encerramento	Solicitante	Localização	Descrição do Serviço
--------------	---------------------	-------------------------	-------------	-------------	-------------------------

3.5.6 - A Contratada deverá disponibilizar plantão através de atendimento telefônico 24 (vinte e quatro) horas, 7(sete) dias por semana, disponibilizando número 0800 para esta finalidade;

3.5.7 - A Contratada deverá disponibilizar uma ferramenta para abertura de chamados, através de um login e senha, onde permita a Contratante acompanhar os prazos e serviços, bem como gerar relatórios do atendimento, conforme item 4 à seguir.

3.5.8 - Efetuar serviço de engenharia com o objetivo de manter os sistemas atualizados e legalizados através do serviço de “Autocadastramento” da ANATEL, levando em consideração a legislação vigente para o serviço, assim como gerar as ARTs dos serviços prestados conforme exigência do Confea/CREA.

3.5.9 - Prestar serviço de assessoria, limitado a 5 pontos mensais, com objetivo de efetuar alocação de sítios de radiocomunicação, redefinição de pontos de repetição, emissão de mancha de cobertura georreferenciada (estudo de predição), a qual será disponibilizada através de arquivo de computador no formato KMZ e, quando solicitado, a imagem do estudo no formato PDF. Este estudo será realizado a critério da PMSC, para o



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 15 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

desenvolvimento dos seus projetos em qualquer tecnologia de radiocomunicação analógica ou digital disponível no mercado.

3.5.10 - Entre os serviços de assessoria do tem 3.5.10, considerar o cálculo e plotagem gráfica georreferenciada para perfil de enlace por radiofrequência, incluindo, se necessário, visitas à campo para validação dos dados, limitados na quantidade de até 5 pontos mensais e sua disponibilização em arquivo de computador no formato KMZ ou, quando solicitado, a imagem do estudo no formato PDF;

3.5.11 - A Contratada deverá iniciar a manutenção dos equipamentos relacionados nos itens 3.3 e 3.4, no prazo máximo de 6 (seis) horas após abertura do chamado pela PMSC, tendo o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após abertura do chamado para solucionar o problema;

3.5.12 - Deverá a Contratada manter equipamento *backup* no local de cada *site*, no caso de manutenção em laboratório dos equipamentos da PMSC, a fim de manter a estação repetidora funcionando perfeitamente.

4. Disposições Gerais:

4.1. Adoção de sistema informatizado gerencial de manutenção:

4.1.1 Deverá a Contratada disponibilizar um sistema informatizado com interface de acesso via web, realizando neste sistema o cadastro de todas as estações repetidoras de propriedade da PMSC, e através deste mesmo sistema permitir que os chamados de manutenção sejam realizados e acompanhados;

4.1.2 Os chamados poderão ser acompanhados até a sua solução, com relatório de serviços registrados no sistema informatizado para cada estação atendida;



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 16 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

4.1.3 O sistema informatizado deverá permitir a emissão de relatório histórico de serviços realizados, com filtros por estação repetidora, município ou OPM;

4.1.4 O prazo de implantação do sistema informatizado e o cadastramento das estações repetidoras pela Contratada serão de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

4.1.5 Após um ano depois de finalizado o Contrato, poderá a contratante descartar todas as informações desse sistema de gerenciamento de manutenção.

4.2. Qualificação técnica:

4.2.1 A proponente deverá apresentar:

- a. Comprovação de que sua atividade fim está vinculada a serviços de manutenção de radiocomunicação através da apresentação do Contrato Social;
- b. Registro da empresa junto ao CREA/SC;
- c. A CONTRATADA deverá apresentar atestado de Capacidade Técnico-Profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com registro, na entidade profissional competente, em nome do profissional responsável técnico, de nível superior, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico - CAT(s), para os emitidos a partir de 05/2005, conforme artigo 30, inciso II, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, que tenha sido contratado para a execução de serviços similares, em características e de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto licitado.
- d. O(s) atestado(s) deverá(ão) dispor sobre a prestação satisfatória da execução e somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato. No(s)



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 17 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

atestado(s) deverá(ão) constar, discriminadamente, os serviços componentes e seus quantitativos:

- e. Os atestados devem ser emitidos em papel timbrado, contendo a logomarca do emitente; ainda, deverão conter: nome e CNPJ da pessoa jurídica emitente, nome e CNPJ da pessoa jurídica beneficiada, dados específicos do objeto e nome e título da pessoa física responsável pela emissão do Atestado, além de sua assinatura;
- f. No caso de apresentação de CAT, com a informação “em andamento”, serão analisados se os Atestados cumprem a exigência estabelecida para os itens de maior relevância como concluídos, restando, apenas, serviços complementares para a finalização do Contrato;

4.2.2 O proponente deverá apresentar no ato da assinatura do contrato:

- a. Relação com os dados profissionais de 4 (quatro) técnicos pertencentes ao seu quadro de funcionários ou contratados para este fim, ambos com diploma reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura na área de Elétrica, Eletrônica ou Telecomunicações, e possuírem treinamento certificado nas normas NR 35 (referente a trabalho em altura) e na norma NR10 (referente à segurança em serviços de eletricidade);
- b. Informar o nome do Eng. em Telecomunicações ou Eng. Eletricista, com registro no CREA comprovadamente vinculado com a empresa proponente, o qual será o responsável técnico pela emissão das ARTs exigidas por Lei, referente aos serviços técnicos prestados pela Contratada. Por se tratar de serviço técnico de engenharia, a CONTRATADA deverá ser/ter profissional habilitado, cujas atribuições específicas constam no art. 9º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), na Resolução ANATEL nº 700/2018, sobre o regulamento de avaliação de campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, em



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 18 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

seu ANEXO, Título I, Capítulo II, Art. 3º, item XVII, que identifica os requisitos do profissional habilitado, e no Título II, Capítulo II, Seção I, Art. 5º dispõe que “*Será considerada competente a realizar a avaliação da conformidade qualquer pessoa jurídica que possua, em seu quadro de funcionários, pelo menos 1 (um) profissional habilitado*”, bem como será pessoalmente responsável pelos serviços previstos no item 3.51 à 3.5.13, podendo este profissional pertencer ao seu quadro de funcionários ou contratado especialmente para este fim.

4.3 Recursos Técnicos:

O proponente deverá apresentar, na Habilitação, declaração em papel timbrado da empresa, assinado pelo responsável legal desta, de que possui:

4.3.1 Equipamentos e ferramentas para execução dos serviços de campo:

- a. Monitor de serviço para radiocomunicação, com analisador de espectro e osciloscópio;
- b. Analisador Site Master, para estudos aprofundados de interferências.
- c. Wattímetro;
- d. Multímetro;
- e. Maleta de ferramenta completa para execução dos serviços previstos;
- f. Furadeira de impacto;
- g. Parafusadeira a bateria;
- h. *Notebook* juntamente com *softwares* e interface de conexão conforme os modelos das estações de rádio utilizadas pela Polícia Militar;



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 19 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

- i. Equipamentos de segurança (EPIs), com certificação CA, para trabalho com eletricidade e em altura.

4.3.2 Equipamentos e ferramentas para manutenção em Laboratório:

- a. Estação de solda específica para efetuar reparos em placas de circuito impresso SMD;
- b. Estação de solda livre de chumbo;
- c. Monitor de serviço para radiocomunicação, com analisador de espectro e osciloscópio;
- d. Multímetro;
- e. Wattímetro;
- f. Conjunto de ferramenta completo para execução dos serviços previstos;
- g. Manta antiestática nas bancadas;
- h. Notebook juntamente com *softwares* de programação e interfaces de conexão conforme os modelos das estações de rádio utilizadas pela Polícia Militar;
- i. Manuais e diagramas técnicos necessários.

4.3.3 Estrutura de atendimento de campo:

- a. Automóvel 4x4, com opção de marcha reduzida, próprio ou locado, preparado com acessórios que possibilitem chegar ao local da prestação do serviço, ou seja, para acesso aos *sites* de repetição em qualquer condição climática;



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 20 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

b. *Backups* de equipamentos conforme padrões discriminados nos itens 3.2.1 à 3.2.8.

5. Disposições finais:

5.1 A Contratada deverá considerar os custos com veículos, deslocamentos, alimentação, estadia, seguros pessoais, treinamentos e demais encargos;

5.2 A Contratada deverá manter a qualificação técnica dos profissionais, prevista no item 4.2.2 durante toda a vigência contratual e no ato de sua prorrogação, sendo que eventuais substituições deverão ser informadas à Polícia Militar;

5.3 Deverá a proposta comercial ser individualizada por estação repetidora VHF, e referente aos serviços descritos do item 3.5.9 e 3.5.10, para viabilizar futura supressão de parte dos serviços permitida por Lei ou por acordo entre as partes, mas considerada em seu preço global quando da licitação para seleção da proposta por menor preço, conforme modelo de Proposta anexo.

5.4 A Contratada deverá cumprir, relativo à Segurança do Trabalho, procedimentos internos, bem como os modelos relativos à Permissão para Trabalho em Altura e para Eletricidade.

6. GARANTIA

Os serviços prestados deverão possuir garantia de 90 (noventa) dias, a partir de sua conclusão.



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 21 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

7. Da proposta

A proposta deverá ser apresentada conforme tabela 7.1.

7.1. Tabela de Quantitativo de Fornecimento e Preços:

Lote Único	Serviços	Valor Unitário Mensal
Subitem 01	<i>Manutenção das 88 Repetidoras Analógicas (loais conforme tabela no Item 3.2).</i>	
Subitem 02	<i>Serviços de Assessoria em estudos de predição – manchas de cobertura georreferenciada, perfil de enlaces, com visitas à campo, se necessário, conforme itens 3.5.10 e 3.5.11.</i>	
Subitem 03	<i>Serviços de Engenharia visando manter os sistemas atualizados e legalizados na ANATEL, levando em consideração a legislação vigente e a emissão das ARTs de manutenção objeto deste Contrato.</i>	
Preço Global Mensal (Lote Único):		

Preço Global da Proposta por extenso: _____

7.1.2 O preço final do Lote Único Global deverá ser garantidos pela Contratada por 12 (doze) meses a partir da adjudicação do objeto, aplicando-se correção pelo índice IGP-M no período, que serão empregados em eventual aquisição pela PMSC baseado no Art. 25, inciso II da Lei nº 8.666/1993.



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 22 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

8. Do pagamento

11.1 A contratante fará o pagamento mensalmente correspondente os serviços com o preço devidamente registrado.

9. Fonte de Recurso:

9.1 Fonte: 0111000036

10. Do orçamento:

10.1. Orçamento contendo os preços discriminados em Lote Único, com subitens, referentes a manutenções e serviços:

Lote Único	Serviços	Valor Unitário Mensal
Subitem 01	<i>Manutenção das 88 Repetidoras Analógicas (loais conforme tabela no Item 3.2).</i>	R\$ 49.832,50
Subitem 02	<i>Serviços de Assessoria em estudos de predição – manchas de cobertura georreferenciada, perfil de enlaces, com visitas à campo, se necessário, conforme itens 3.5.10 e 3.5.11.</i>	R\$ 7.900,00
Subitem 03	<i>Serviços de Engenharia visando manter os sistemas atualizados e legalizados na ANATEL, levando em consideração a legislação vigente e a emissão das ARTs de manutenção objeto deste</i>	R\$ 2.300,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Identificação:	1 TR nº 06/CCI/DALF/PMSC/2021	Revisão: V. 01
		Página 23 de 23
Data:	07 de Janeiro de 2022	
Elaborador:	Capitão PM Bruno Coelho Carrijo	
Objeto:	Aquisição para prestação de serviços de manutenção em 88 Estações Repetidoras de rádio VHF analógicas, com serviço técnico de engenharia para <i>plotagem</i> de manchas de cobertura de <i>sites</i> e cálculo de perfil de rádio enlaces visando ampliação de sistemas de radiocomunicação.	
Responsável:	Ch. do CCI/DALF/PMSC	

TERMO DE REFERÊNCIA

	<i>Contrato.</i>	
Preço Global Mensal (Lote Único):		R\$ 60.032,50

Preço Global Mensal da Proposta por extenso: *Sessenta mil, trinta e dois reais, e cinquenta centavos.*

11. Fiscal do Contrato

De acordo com o *caput* do art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993:

Titular: Cap PMSC BRUNO COELHO CARRIJO

Matrícula: 930265-4

Substituto: 2º Sgt PMSC JAIR VIGARANI

Matrícula: 920097-5

Florianópolis/SC, 07 de Janeiro de 2022.

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/PMSC/2022 PROCESSO SGP-e 74403/2021

CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

1 –CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO:

1.1 – O objeto será entregue pela Contratada, pelo preço contratado, sem nenhum custo adicional (seguros, impostos e taxas, transporte, frete ou qualquer outro encargo necessário à execução do objeto do Contrato), conforme a necessidade do Contratante e mediante Autorização de Fornecimento/Contrato.

1.2 – A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ela escolhido. Se rejeitado, o objeto deverá ser substituído pela Contratada, no prazo estipulado pela Contratante, sem qualquer ônus para a Contratante.

1.3 – A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu objeto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

1.4 – O aceite definitivo do objeto pela Contratante, que ocorrerá em até 15 (quinze) dias após a entrega do mesmo, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do objeto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

1.5 – O objeto adjudicado deverá atender a legislação a ele pertinente.

1.6 – A Contratada compromete-se a entregar manuais, certificados e garantia como todos e quaisquer documentos relacionados ao objeto, em português.

1.7- A proposta deverá constar o nome, endereço e telefone da empresa que prestará assistência técnica autorizada pela montadora, durante o período de garantia;

1.8- Deverá ser apresentado, juntamente com a proposta, prospecto ou outro documento relativo ao objeto cotado, que comprove as características ou especificações do produto ofertado;

1.8.1- Os prospectos apresentados em língua estrangeira deverão vir acompanhados da respectiva tradução para a língua portuguesa.

1.9- O produto, mesmo entregue, só será aceito após a verificação da qualidade e conformidade com as descrições e especificações constantes no presente anexo pelo Setor Competente do CAD e Comissão de Recebimento de Materiais para a consequente aceitação;

1.10- A entrega dos bens não implica na aceitação, mas sim na transferência de responsabilidade pela guarda e conservação dos mesmos, e a prova de transferência dar-se-á com assinatura de quem de direito for, no canhoto da nota fiscal, servindo-a apenas como comprovante da data de entrega. A efetiva aceitação dos produtos dar-se-á com a declaração da autoridade competente, de que o mesmo atende as condições estabelecidas no Edital.

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/PMSC/2022 PROCESSO SGP-e 74403/2021

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

a. Preços unitários e total dos produtos/serviços:

Objeto	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
TOTAL			

ANEXO VI

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/PMSC/2022
PROCESSO SGP-e 74403/2021**

INFORMAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA PARA CONTRATAÇÃO

<u>Dados da Licitante</u>		
Razão Social/Nome:		
CNPJ/CPF ¹ :		
Endereço:		
CEP:	Município:	Estado:
Fone:	E-Mail:	
<u>Dados Bancários*</u>		
Banco:	Agência:	Conta ² :
<u>Representante</u>		
Nome:	CPF:	RG/UF:
Telefone Fixo:	Telefone Celular	

_____, ____ de _____ de 20____
(Local e data)

NOME, CARGO E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE DA EMPRESARAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

¹O CNPJ/CPF informado deve ser o mesmo da conta bancária.

²É obrigatório informar o dígito da agência e da conta.

ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/PMSC/2022
PROCESSO SGP-e 74403/2021

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO _____ DE _____ SERVIÇO _____
 QUE ENTRE SI
 CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA,
 POR INTERMÉDIO DA E A EMPRESA

O ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da Polícia Militar, com recursos provenientes do FUMPOM (Fundo de Melhoria da Polícia Militar), CNPJ nº 13.925.994/0001-07, doravante denominada Contratante, neste ato representada pelo Coronel PM....., Diretor de Apoio Logístico e Finanças, localizada na Av. Rio Branco, 1.064 – Centro – Florianópolis-SC, e de outro lado a empresa,, estabelecida na, inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu, senhor, portador do CPF nº, firmam o presente instrumento de Contrato, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, e demais normas legais federais e estaduais vigentes e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de _____, de acordo com as especificações e condições para execução do objeto, descritos nos Anexos I e II do Edital de Pregão Eletrônico nº _____/____.

PARÁGRAFO ÚNICO – São partes integrantes do Contrato, como se transcritos estivessem, o edital de licitação – Pregão Eletrônico nº _____/____. e seus anexos, os documentos, proposta e informações apresentadas pela Contratada e que deram suporte ao julgamento do referido pregão.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Preço, das Condições de Pagamento, Atualização por Inadimplemento e do Reajuste.

§ 1º – Do Preço

I. O valor total deste Contrato é de R\$ (.....), conforme discriminado no quadro abaixo:

Item	Características Mínimas	Und	Qtde	Valor(R\$)	
				Unitário	Total

II. Do reajuste de preço – os preços poderão ser reajustados somente após o período de 01 (um) ano, contado a partir da data da apresentação da proposta, de acordo com o INPC (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇO AO CONSUMIDOR), acumulado no período, ou outro índice que venha a substituí-lo. A Contratada somente terá os preços atualizados, após solicitar formalmente ao Diretor de Apoio Logístico e Finanças o reajuste mencionado no presente parágrafo.

- III. O preço estabelecido é incluí todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do Contrato, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- IV. A revisão dos preços poderá ser concedida, pelo CONTRATANTE, a partir da análise e discussão de planilha que demonstre a alteração dos custos, a ser encaminhada pela CONTRATADA à (ao) CONTRATANTE, nos termos do art. 65, inc. II, letra “d” da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º – Das Condições de Pagamento.

I – O pagamento será:

a) Realizado por intermédio do Banco do Brasil, em conformidade com o inciso II do art 55 c/c o inciso XIV do art. 40 da Lei Federal 8.666/93, **até o 30º (trigésimo) dia** subsequente ao fornecimento e/ou prestação dos serviços, contados da data de aceite final do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Recebimento de Materiais da PMSC, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Fundo de Melhoria da Polícia Militar/FUMPOM, devendo constar também o número da licitação, Contrato, desde que comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, com a apresentação dos seguintes documentos:

- Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão de Débitos expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- Certidão de Regularidade Fiscal relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Estadual, de Santa Catarina e do Estado sede da empresa;
- Certidão Negativa de Débitos Municipal, do Município sede da empresa;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

b) A não-apresentação dos documentos enunciados no subitem anterior implicará na suspensão do pagamento até sua apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

c) A Nota Fiscal deverá ser encaminhada para o Centro de Armazenamento e Distribuição da PMSC (Almoxarifado Geral), através do endereço eletrônico E-Mail dalfcadch@pm.sc.gov.br;

d) Dúvidas referentes ao preenchimento e pagamento da Nota Fiscal deverão ser dirigidas e dirimidas junto à Seção de Tesouraria da DALF, através do endereço eletrônico e-mail dalf3aux@pm.sc.gov.br ou dalf3ch@pm.sc.gov.br.

e) A nota fiscal modelo 1 ou 1-A, deve, obrigatoriamente, ser substituída pela Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, conforme determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009. (Informações no site <http://nfe.sef.sc.gov.br>).

III – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à Contratante ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

IV – O pagamento da fatura será susinado se verificada execução defeituosa do Contrato e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

V – A alíquota do ICMS a ser aplicada será considerada aquela fixada para as operações internas no estado de origem, conforme disposto no artigo 155, inciso VII, alínea “b” da Constituição Federal.

§ 3º – Da Atualização por Inadimplemento

Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela Contratante, sem que haja culpa da Contratada, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Dotação Orçamentária

O pagamento do presente Contrato correrá por conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhorias da Polícia Militar - FUMPOM, Ação:, Item Orçamentário:, Fonte:

CLÁUSULA QUARTA – Do Prazo de Vigência do Contrato

O contrato terá duração de **12 (doze) meses**, a contar de sua assinatura, podendo, a critério da administração, ser prorrogado por igual período, limitado a **60 (sessenta) meses**, na forma do art. 57, inciso II da Lei 8.666/93.

Parágrafo único – A garantia terá sua contagem iniciada com a emissão do Termo de Aceite do produto fornecido, estendendo-se pelo prazo constante na proposta da Contratada apresentada no PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/PMSC/____.

CLÁUSULA QUINTA – Das Obrigações das Partes

Da Contratada

- a) efetuar a entrega do objeto, de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, responsabilizando-se pelo cumprimento de toda legislação e normativa aplicável à espécie;
- b) Reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verifique danos em decorrência do transporte, instalação, bem como providenciar a imediata substituição do mesmo.
- c) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente contrato;
- d) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus propositos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega do objeto;
- g) Manter durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, exceto quando autorizado formalmente pela CONTRATANTE, respeitando-se os limites e preceitos legais;
- i) A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação do objeto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- j) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, exceto quando autorizado formalmente pela Contratante, respeitando-se os limites e preceitos legais, quando for o caso.
- k) indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- l) entregar os objetos adjudicados de acordo com o endereço de entrega estabelecido no edital, sem qualquer ônus para o órgão Contratante.

Da Contratante

- a) Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada no edital de pregão eletrônico nº _____/____;

c) Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, segundo seu interesse, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, relatando irregularidades quando for o caso;

d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

e) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

CLÁUSULA SEXTA – Da Alteração Contratual por Aditamento

Proceder-se-á a alteração do Contrato, quando couber, observadas as disposições do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e modificações ulteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Inexecução e da Rescisão do Contrato

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:

I – por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II – amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, mediante formalização através de aviso com antecedência mínima de 30 dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos fornecimentos comprovadamente prestados;

III – judicialmente, na forma da legislação vigente;

IV – a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes consequências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:

a) execução dos valores das multas e indenizações devidas à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – Das Sanções Administrativas

O não cumprimento das normas de licitação e obrigações contratuais assumidas, sujeitam à Contratada as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa:

a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;

b) 10% em caso da não entrega do objeto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

III – Suspensão do direito de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a Contratada dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) não celebrar o Contrato;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não mantiver a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal.

§ 1º –Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º –A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, bem como no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 3º –As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

§ 4º –Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA – Da Vinculação

Vincula-se o presente Contrato às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/PMSC/____, à proposta da CONTRATADA, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

...../SC, de de

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome

Assinatura

CPF/MF

Nome

Assinatura

CPF/MF

ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/PMSC/2022 PROCESSO SGP-e 74403/2021

DECLARAÇÃO SOBRE ICMS

NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

DECLARAMOS que a isenção de ICMS prevista no Convênio CONFAZ nº 26/03 não se aplica a esta operação e, portanto, esta empresa não precisará dar o desconto equivalente ao imposto dispensado após a fase de lances do pregão, tendo em vista o seguinte motivo, conforme subitem 2.2 do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 125/PMSC/2019, instaurado pela Polícia Militar/SC:

- () a empresa está cadastrada no SIMPLES/Nacional.
- () a empresa não está sediada em Santa Catarina.
- () os produtos estão sujeitos ao regime de substituição tributária, e a empresa se enquadra na situação de estabelecimento substituído.

Local e data,

NOME, CARGO E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE DA EMPRESA

ANEXO IX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/PMSC/2022 PROCESSO SGP-e 74403/2021

MODELO DE DECLARAÇÕES

A empresa, inscrita no CNPJ N.º, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade N.º e do CPF N.º DECLARA, para fins de atendimento ao disposto neste Edital de n.º/PMSC/20..... que:

1. CUMPRIMENTO DAS NORMAS REFERENTES À SAÚDE E À SEGURANÇA NO TRABALHO

Cumpro com toda a legislação federal, estadual e municipal referente à Saúde e Segurança no trabalho de nossos empregados, a teor do que estabelece a Lei Estadual nº 10.732/98, bem como todos os dispositivos relativos à matéria constantes de acordos, convenções ou dissídios coletivos.

Por se verdade firo a presente declaração.

2. DECLARAÇÃO DE QUE A LICITANTE CUMPRE O DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

Para fins do disposto no [inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

3. DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INFRINGÊNCIA AO ART. 9º DA LEI Nº 8.666/93

Declaro, nos termos do art. 9º da Lei 8.666/1993, que os serviços/produtos/bens a serem prestados/entregues/fornecidos por esta Empresa no (Processo Licitatório/Dispensa de Licitação/ Inexigibilidade nº): não serão direta ou indiretamente executados/prestados ou fornecidos por:

1. servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
2. autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

4. CLÁUSULAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

Declaro que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no item anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa Conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

....., de de 20.....

.....
Assinatura, nome e cargo do Representante Legal da licitante interessada.
[NOME DA EMPRESA]